

RESENHA

MAZZOTTI, Tarso. **Doutrinas pedagógicas**: máquinas produtoras de litígios. Marília: Poësis Editora, 2008.

*Laélia Portela Moreira**

Em mais de uma ocasião, e em variados escritos, Tarso Mazzotti enfatizou a importância do diálogo e do debate como parte constitutiva do fazer científico e demonstrou a importância da Teoria da Argumentação como ferramenta essencial ao exame das teorias e doutrinas pedagógicas. Pode-se seguramente identificar como algumas das principais características da filosofia da educação, praticada por este autor, o rigor na apresentação das idéias e construção dos argumentos, além do amplo espectro de temas que aborda. Seu último livro, *Doutrinas pedagógicas: máquinas produtoras de litígio*, é um testemunho da originalidade inerente ao seu pensamento, que focaliza, dessa feita, o exame de algumas doutrinas pedagógicas, as quais, a partir do século XVII, operam direta ou indiretamente nos discursos a respeito da educação escolar.

Nesse livro, Mazzotti trabalha com a hipótese principal de que as doutrinas pedagógicas que examina são organizadas fundamentalmente pela ideia de *percurso*, e analisa, ao longo de seis capítulos, a utilização dessa metáfora em seus dois sentidos concorrentes e antagônicos: os de percurso determinado e indeterminado.

Não é proposta de Mazzotti estabelecer a verdade dos enunciados, nem discutir se as metáforas utilizadas no discurso pedagógico são corretas ou incorretas; sua pretensão é expor a eficácia persuasiva da noção de percurso, que condensa e coordena as doutrinas pedagógicas, e as razões pelas quais estas são objeto de litígios intermináveis.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA - RJ. E-mail: moreira.laelia@gmail.com

Ao optar pela análise retórica e pelo exame das metáforas, o autor descarta o velho e conhecido caminho das periodizações, baseadas em momentos políticos ou econômicos. Ao contrário de classificar e analisar as doutrinas pedagógicas por meio de esquemas externos, busca a apreensão das estratégias utilizadas para persuadir, por meio da análise de seu núcleo argumentativo, que se mantendo estável atravessa os séculos, alterando-se apenas quando é necessário adaptar-se aos diferentes auditórios. Como perfeito exemplo de aplicação do método que propõe, o leitor encontrará no livro de Mazzotti análises rigorosas e fundamentadas, cujo objetivo é demonstrar de que modo os vários discursos pedagógicos configuram-se como “máquinas produtoras de litígios”.

Inicialmente o autor apresenta a metáfora em questão e explora os significados de percurso determinado e determinável e de percurso indefinível e indeterminável. Subjacente aos dois, a ideia de que o processo educativo configura-se como um caminho que conduz uma pessoa de seu estado de não educado ao de educado. No primeiro caso, exige-se da escola uma organização que possibilite um roteiro perfeitamente delineado e planejado, e exclua as perturbações e os não-adaptados. No segundo, a contingência rege o percurso, tornando-se impossível determinar as condições finais pelas iniciais, dificuldade agravada pelo fato de que os educandos são parte ativa no processo educacional. Esta última abordagem caracterizaria a concepção escolanovista, segundo a qual não é possível determinar por inteiro o percurso educativo.

Aqui é importante assinalar que em várias passagens de seu livro Mazzotti lembra que a metáfora *percursos* sustenta-se em premissa modal (é possível); possibilita afirmar apenas e tão somente o que é e o que pode ser, e não propriamente um necessário, ainda por ser demonstrado. Nessa perspectiva, a inequívoca vitória, no Brasil, da posição centrada na metáfora do percurso determinado, revela, segundo o autor, que seus defensores assumem como fato a mudança de estado do educando – o que precisa ainda ser demonstrado.

Mazzotti trata ainda nesse capítulo das doutrinas em que não se tem uma metáfora, como a de John Dewey, que procura estabelecer o percurso escolar a partir das atividades do trabalho científico, considerando-as educadoras *per se*. Apoiado em trabalhos de Marcus Vinícius da Cunha,

um estudioso de Dewey, o autor demonstra a adoção, por parte desse educador, do princípio da incerteza e, conseqüentemente, da posição de que do possível não se chega ao necessário. A partir da impossibilidade de prever as condições nas quais os alunos viverão, tomam-se, na perspectiva deweyana, o modo de fazer ciência e outras atividades intelectuais como foro para estabelecer o que se julga ser correto realizar no ensino. Tem-se, então, diferentemente de uma metáfora, que compara coisas diferentes em gênero e espécie e transfere e funde significados, uma metonímia, pois comparam-se entes conceituais do mesmo gênero: o trabalho intelectual realizado pelos cientistas e as atividades de pesquisa dos alunos.

Na segunda parte, apresenta a doutrina de Comênio, que baseada no princípio – se há um método para conhecer, há um método para ensinar – inaugura a pedagogia moderna. Comênio confia na educabilidade e na perfectibilidade, concebe o ensino como algo similar ao processo de impressão tipográfica (a didacografia) e propõe a junção do trabalho intelectual com o prático, empírico. Os livros didáticos e demais materiais são considerados a materialização do saber. A metáfora do percurso escolar está presente, nessa doutrina, na medida em que dispõe o saber em certa ordem e busca combater o fracasso escolar por meio do controle do tempo e dos materiais de ensino. O professor, nesse caso, trabalha de modo similar ao músico que executa uma partitura que não escreveu. Em Comênio, o percurso é determinado pelos materiais de ensino. É determinável e determinista.

No terceiro capítulo, o autor analisa, a partir da obra de Hegel, a doutrina da educação como formação. Para Hegel, a criança não é folha de papel em branco. É espírito mergulhado na matéria. Seu sistema filosófico trata do percurso do espírito que por sua tomada de consciência efetiva realiza a razão do mundo. O percurso escolar reproduz no particular o movimento do espírito absoluto em sua tomada de consciência. O processo educativo, ou de formação, toma a subjetividade imediata para, do exterior, conduzi-la à subjetividade mediata, determinada pela cultura racional realizada no espírito-do-povo, no Estado. O Homem educado é moral, ético, universal, uma vez que foi conformado no espírito do povo. A tarefa educativa e a das escolas é formar as pessoas na eticidade.

No capítulo quatro, o autor analisa as razões da oposição à Reforma Rivadávia Correia (1911-1915) no Parlamento e sustenta que a recepção

do evolucionismo no Brasil, com seus desdobramentos racistas, teria determinado a rejeição da Reforma pelos liberais, apesar de esta prever a autonomia relativa das instituições de ensino mantidas pela União, garantindo, por consequência, a liberdade de aprender e ensinar.

A metáfora percurso determinável e determinado teria, segundo o autor, informado as decisões que culminaram com a revogação da Reforma em 1915 e pavimentado o caminho para a proposição do Estado educador do povo. Sendo o Brasil composto por raças variadas, em um clima tido como inadequado ao desenvolvimento de uma civilização madura, a visão de futuro só poderia ser pessimista. A educação escolar seria um meio de aperfeiçoar a raça brasileira, a qual, resultando de uma mestiçagem instável, precisaria ser dirigida para melhor realizar seu psiquismo e seu caráter nacional. A ideia de cultura brasileira e certa exaltação do caráter nacional estariam, assim, no centro do processo educativo, determinando-se o percurso escolar pelas qualidades essenciais dos educandos. A missão da escola, nessa perspectiva, consistiria em formar o cidadão brasileiro e tornar efetivo seu caráter nacional. Tratava-se de aperfeiçoar a raça por meio da escola.

Nessa concepção, os operadores seriam vitais, orgânicos, biológicos, diferentemente daqueles da filosofia da história de Hegel, analisada no capítulo anterior, para quem o operador é o espírito-absoluto (Deus).

Na quinta parte do livro, o autor parte para a análise de um dos mais relevantes temas contemporâneos: o dos movimentos que tentam introduzir uma concepção de educação ambiental nas escolas. Para o autor, o núcleo da representação do que se conhece como “questão” ou “problema” ambiental é a metáfora enfermidade ou doença. Nessa parte, as análises de Mazzotti focalizam o que denomina “consenso ambientalista latino-americano” ou abreviadamente *consenso*, cujo documento básico é o *Manual Latino-Americano de Educação Ambiental*.

No que se refere à principal metáfora que encadeia as seis partes do livro, o autor constata que no discurso ambientalista o percurso é determinado por uma representação natural, baseada nas relações homem-natureza, e visa a amparar políticas que substituam a sociedade existente pela “natural”, ‘não-artificial’. Aqui reside, de acordo com Mazzotti, a

eficácia persuasiva do discurso do *consenso*, visto que se fundamenta em uma concepção do funcionamento normal do corpo humano. O natural está para a saúde, como o artificial está para a doença. Os ambientalistas, então, como porta-vozes da Natureza estabelecem o que é correto para os homens e para a educação, tendo por horizonte as novas sociedades sustentáveis.

Mazzotti analisa ainda as metáforas *ciclo do tempo* e *seta do tempo*, conferidoras, segundo seu entendimento, de certa instabilidade ao discurso ambientalista. Pela primeira, as sociedades humanas são apenas diferentes entre si, sem que se possa estabelecer qualquer hierarquia entre elas; pela segunda, deseja-se realizar um desenvolvimento em direção a uma sociedade ambientalmente sustentável, com base em alguma tecnologia apropriada ao meio. Assim, ora se proclama a volta à simplicidade natural, ora se afirma a necessidade de tecnologias que superem a baixa produtividade e o desperdício, para melhor atender às necessidades humanas.

É importante ressaltar que o autor reconhece a importância da dimensão ambiental em todos os níveis de ensino, sem, contudo, deixar de apontar as razões dos diversos litígios existentes no interior do próprio discurso do consenso, visto que operam com metáforas antagônicas.

No capítulo final, a metáfora percurso educativo tem a história como foco. Nesse ponto, Mazzotti demonstra que as teorias sobre o processo histórico também se sustentam nas metáforas percurso determinado ou indeterminado. Para isso, trata de dois autores que considera de grande influência, explícita ou implícita, nos debates a respeito de educação e desenvolvimento social em nossa época: Herbert Spencer e Karl Marx.

Por meio da exposição do sistema sintético de filosofia ou evolucionismo de Spencer, Mazzotti demonstra como, ao fim e ao cabo, é possível encontrar a metáfora do percurso determinado, pela afirmação da continuidade entre o mundo material e o social. Por meio da assimilação da divisão técnica e divisão fisiológica do trabalho utilizada por Adam Smith para explicar a economia em sua fase industrial moderna, Spencer concebe a sociedade como um super-organismo admitindo, como consequência, que é possível prever para onde vai a sociedade.

Em Marx, ao contrário, a idéia de percurso é a do caminho que se faz ao caminhar. As formas que a sociedade capitalista tomará a partir de seu conflito interno fundamental não são previsíveis, a despeito da proposta

leninista e de seus seguidores na qual é possível identificar a metáfora percurso determinado e determinável, com direção, pela concepção de que há uma sucessão de modos de produção em direção ao socialismo.

Na concepção do percurso indeterminado de Marx, a educação necessária às classes trabalhadoras é a que instrua física, intelectual e tecnologicamente os trabalhadores e forme o “homem novo”. Segundo Mazzotti, ao contrário do difundido, Marx não concebia as formas de organização anteriores ao capitalismo como etapas de uma história maior e, por conseguinte, sua doutrina da história não se condensa nas metáforas ciclo do tempo e seta do tempo, mas é contingente, pois se a história não é, mas se faz em condições dadas, não é factível qualquer plano de ação que vise à instauração de uma sociedade ideal.

Em suas considerações finais, Mazzotti afirma que terá cumprido seu objetivo maior, caso tenha instigado alguém a tomar o caminho do exame das doutrinas pedagógicas compreendendo as razões pelas quais os litígios são produzidos. Trata-se de modéstia do autor, dada a qualidade de sua análise e a ousadia do método. Em campo ainda tão frágil conceitualmente e onde os modismos caem como pedras em um lago, como há alguns anos advertiu Pedro Goergen ao referir-se à Educação, é preciso mais do que nunca analisar os discursos e pensar os slogans antes que sejamos pensados e guiados por eles.

Data de Registro: 03/11/09

Data de Aceite: 14/04/10